

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
GOVERNAMENTAL E ORÇAMENTO PÚBLICO**

ARLETE NOGUEIRA VIANA

O Estado do Amazonas no Processo de Desenvolvimento Regional

Manaus

2009

ARLETE NOGUEIRA VIANA

O Estado do Amazonas no Processo de Desenvolvimento Regional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para a obtenção da especialização em Planejamento Governamental e Orçamento Público.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Almir Menezes Fonseca

Manaus, 2009.

ARLETE NOGUEIRA VIANA

O Estado do Amazonas no Processo de Desenvolvimento Regional

Trabalho Técnico de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas
como requisito para a obtenção do grau
de **Especialização em Planejamento
Governamental e Orçamento Público.**

Aprovada em ____/____/ 2009.

Professor Orientador

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho aos meus pais Raimundo Pereira Viana e Raimunda Nogueira Viana, que me deram a vida e me fizeram uma pessoa de bem, assim como ao meu filho Rafael Nogueira Viana, meu maior incentivador, a quem eu tanto amo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sem o qual eu nada seria, aos meus pais e irmãos que, direta ou indiretamente, me ajudaram na elaboração deste trabalho, ao meu Mestre Luiz Almir Fonseca, de maneira especial, pela paciência e compreensão na orientação do trabalho.

EPÍGRAFE

“Pensar o futuro de uma nação é, portanto, um projeto complexo e desafiador. Não aceitar esse desafio é condenar o país a vagar pelo tempo, sem rumo definido e sem saber se estamos realmente realizando progresso em direção a um futuro desejado. Num país de recursos escassos, escolher uma boa rota, aproveitar oportunidades e precaver-se de escolhas erradas é essencial”

Wright e Spers

RESUMO

O estudo ora apresentado tem como objetivo analisar o desempenho das políticas públicas no combate às desigualdades regionais e sociais do estado do Amazonas, bem como a busca de alternativas de geração de riqueza econômica e social e como torná-las sustentáveis. Naturalmente, esta análise perpassa também por uma abordagem sobre os desafios resultantes das distâncias, heterogeneidade, dificuldade de logística e custo de transporte. Com esse objetivo, procurou-se na história regional as etapas de desenvolvimento pelas quais o Amazonas tem passado com vistas ao seu crescimento. Neste cenário, destacam-se o Ciclo da Borracha em 1879, constituindo uma parte importante da história econômica e social do Brasil, com a extração e comercialização da borracha na região amazônica. O modelo proporcionou grande expansão da colonização, atraindo riqueza e causando transformações culturais e sociais. Porém, dentre as mais variadas razões, a falta de incentivo por parte do governo e políticos na criação de projetos de sustentabilidade da atividade de extração do látex, fez com que a Amazônia perdesse a primazia do monopólio de produção da borracha e, mais tarde, fruto da árvore que produz o látex, foi contrabandeada e plantada na Malásia, Ceilão e África tropical, os quais passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade, culminando com a imediata estagnação da nossa economia regional. O segundo ciclo se deu efetivamente com a instituição da Zona Franca de Manaus em 1967, com o objetivo de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário. O modelo encontrou forte resistência dos estados da federação, sobretudo, de São Paulo, pois a excepcionalidade fiscal concedida a Manaus atraiu grandes e fortes investidores da indústria de ponta, como a eletrônica, que antes se concentrava no eixo Centro-Sul. Grandes lutas têm sido travadas no sentido de se encontrar uma competitividade sistêmica para o Projeto ZFM, com término previsto para 2023. E, finalmente, buscando romper os paradigmas tradicionais ainda presentes em suas ações, desde o pós-ciclo econômico da borracha e os ciclos que se sucederam, o governo do Amazonas criou em 2003 o Programa Zona Franca Verde com a missão de enfrentar e corrigir os desvios sociais e ambientais que acompanham o Estado, em parceria com os vários segmentos da sociedade civil, numa gestão participativa e inovadora das políticas públicas, na busca do desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional, desigualdades regionais e sociais, autosustentabilidade, políticas públicas, biodiversidade e gestão participativa.

ABSTRACT

The study presented here is to analyze the performance of public policies in the fight against social and regional inequalities in the state of Amazonas, and the search for alternatives to generate economic wealth and social progress and make it sustainable. Of course, this analysis also goes through a discussion of the challenges posed by distance, heterogeneity, difficult logistics and transportation costs. To this end, it was the region's history stages of development for which the Amazon has occurred with a view to its growth. In this scenario, we highlight the cycle of rubber in 1879, constituting an important part of economic and social history of Brazil, with the extraction and marketing of rubber in the Amazon region. The model represented a great expansion of settlement, attracting wealth and causing cultural and social transformations. However, among the most varied reasons, the lack of incentives by the government and politicians in creating designs sustainability of the activity of extracting the latex caused the Amazon lost the primacy of the monopoly of production of rubber and, later, the tree that produces latex, was smuggled out and planted in Malaysia, Ceylon, and tropical Africa, which started producing latex with greater efficiency and productivity, resulting in the immediate stagnation of our regional economy. The second round took place effectively with the establishment of the Manaus Free Trade Zone in 1967 with the aim of creating in the Amazon region a major industrial, commercial and agricultural. The model met strong resistance from the states of the federation, especially in Sao Paulo, for the exceptional credit granted to Manaus has attracted large investors and strong technology industry such as electronics, which previously focused on Central-South axis. Great battles have been fought in order to find a systemic competitiveness for the Project ZFM, with completion scheduled for 2023. And finally, seeking to break traditional paradigms are still present in his actions, since the post-cycle of the rubber and the cycles that followed, the government of Amazonas in 2003 created the Zona Franca Verde Program with the mission to address and correct social and environmental differences that accompany the state in partnership with various sectors of civil society, a participatory management and innovative public policies, thus promoting sustainable development in Amazonas State.

Keywords: Regional development, self-reliance, public policy, biodiversity and participatory management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Seringa

Figura 2 – Seringueira

Figura 3 – Extração do látex

Figura 4 – Teatro Amazonas (Manaus)

Figura 5 – Teatro da Paz (Belém)

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das Exportações em US\$ (Bilhões), 2007

Gráfico 2 – Evolução do Faturamento em US\$ (Milhões), 2007

Gráfico 3 – Principais Faturamentos do PIM por Segmento em %, 2007

Gráfico 4 – PIB do Estado do Amazonas, 2002-2008

Gráfico 5 – PIB Per Capita do Amazonas, 2002-2008

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A

APLs - Arranjos Produtivos Locais

ARPA – Áreas Protegidas do Amazonas

BASA - Banco da Amazônia

BASA - Banco da Amazônia S.A.

CECLIMA – Centro Estadual de Mudanças Climáticas

CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação

CIGÁS – Companhia de Gás do Amazonas

CMA - Comando Militar da Amazônia

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CT-PIM - Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação no Polo Industrial de Manaus

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAPEAM - Fundação de Apoio à Pesquisa do Amazonas

FEPI – Fundação Estadual dos Povos Indígenas

FUA - Fundação Universidade do Amazonas

GECAM – Grupo Estratégico de Combate a Crimes Ambientais

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Amazonas

IDH – Instituto de Desenvolvimento Humano

II – Imposto de Importação

IMEC – Instituto de Microeletrônica

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR - Imposto de Renda

ITEAM – Instituto de Terras do Estado do Amazonas

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ONG – Organização não Governamental

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PAS - Plano Amazônia Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PIM - Polo Industrial de Manaus

PIS – Plano de Integração Social

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PP – Projetos/Programas

REED – Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação das Florestas

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável

SEBRAE/AM - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa do Amazonas

SEGOV – Secretaria de Governo

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

SEPROR – Secretaria de Produção Rural

SPEVEA - Plano de Valorização da Borracha

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

UC – Unidade de Conservação

ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico

ZFM - Zona Franca de Manaus

ZFV – Zona Franca Verde

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA	16
1.2 Problema	16
1.3 Hipótese da Pesquisa	18
1.4 Justificativa	18
1.5 Objetivos	19
1.6 Metodologia Empregada	20

CAPÍTULO II

2 REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 Desenvolvimento Regional – Algumas Concepções	21
2.2 Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas na Perspectiva Histórica – A Era do Apogeu da Borracha - Ciclos de Desenvolvimento	23
2.2.1 Apogeu da Borracha	23
2.2.2 Pano de Fundo da Riqueza	25
2.2.3 Projeto de Construção da Ferrovia Madeira-Mamoré	26
2.2.4 Término do Monopólio Amazônico da Borracha e Suas Consequências	27
2.2.5 Segundo Ciclo da Borracha - 1942-1945	28
2.2.6 Decadência da Borracha	29
2.2.7 Um pouco de História Econômica	29
3 Segundo Ciclo de Desenvolvimento – Projeto Zona Franca de Manaus	32
3.1 Projeto Zona Franca de Manaus (ZFM)	33
3.2 Competências da Superintendência da Zona Franca de Manaus	33
3.3 O Polo Industrial de Manaus (PIM)	35
3.4 Algumas Considerações Acerca do Projeto ZFM	41
3.5 A autossustentabilidade da Amazônia	42
4 O Ciclo de Desenvolvimento Atual – Programa Zona Franca Verde (ZFV)	43
4.1 Programa Zona Franca Verde na Luta pelo Desenvolvimento	45
4.2 Desafios do Programa Zona Franca Verde na Luta pelo Desenvolvimento	45
4.3 Criação de Sistemas Governamentais com Foco no Desenvolvimento Sustentável	46
4.4 Criação e Viabilização de Unidades de Conservação (UCs)	46
4.5 Lei Complementar sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (UCs)	47

4.6 Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas	47
4.7 Fundação Amazonas Sustentável	48
4.8 Programa Bolsa Floresta	49
4.9 Macrozoneamento	51
4.10 Geração de Renda	51
4.11 Cartão Zona Franca Verde e Outros Financiamentos	52
4.12 Cartão Zona Franca Verde	52
4.13 Cartão Zona Franca Verde/Máquinas e Equipamentos	52
4.14 Região Metropolitana de Manaus	53
CAPÍTULO III	
5 Discussão dos Resultados	55
CONCLUSÃO	58
REFERENCIAL TEÓRICO	59

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Pensar o desenvolvimento regional do estado do Amazonas implica lidar com as trajetórias prováveis de evolução à luz de imperativos nacionais e globais, escolhas estratégicas e fatos portadores de futuro que possam moldar essa jornada. A atual organização regional do estado do Amazonas pode ser superada pela ação decidida dos seus cidadãos, a partir de uma estratégia que organize as ações de desenvolvimento no todo e em cada fração desse espaço e se oriente pelas configurações futuras desejáveis e viáveis no horizonte adotado.

Para isso é necessário rever os velhos modelos e suas mazelas, construir um consenso em torno de projetos com objetivos claros e pactuá-los com a sociedade, visando a concretização de programas com determinação sobre o desenvolvimento do Estado.

Preparar o terreno para a construção do ideal desejado de Estado está embutido no ideal de buscar o rumo correto. A estratégia preconizada no presente trabalho é valorizar a magnífica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural da região, transformando-a na base de um desenvolvimento incluyente e sustentável.

1.2 O PROBLEMA

O problema levantado no presente trabalho foi definido em razão do conhecimento exposto sobre a região, na diversidade de livros e artigos publicados sobre a temática, onde se percebe um universo muito grande das mais significativas opiniões registrando o enfrentamento para alcançar um desenvolvimento desejado,

que agregue valor socioeconômico à população local, respeitando o meio ambiente e estabelecendo o binômio crescimento e desenvolvimento de forma responsável e politicamente aceitável.

Os diversificados potenciais dos municípios representam a matéria-prima das políticas regionais. É necessário, ainda, estar atrelado a uma política nacional que exige o alinhamento com os órgãos responsáveis por ações nas áreas de meio ambiente, cidades, infraestrutura, desenvolvimento econômico e agrário, e das políticas de emprego sociais e assistenciais. E envolve, ao mesmo tempo, iniciativas dos diversos níveis da federação, universidades, setor produtivo, organizações não-governamentais e demais segmentos representativos da sociedade.

Dentro deste contexto, a pesquisa se propõe a mostrar os principais fatores e atividades presenciadas na realidade amazônica, bem como as estratégias que estão sendo tomadas por parte dos gestores para o desenvolvimento do estado do Amazonas. Contextualiza também, alguns conceitos que o tema do projeto abrange como o desenvolvimento, dimensões e estratégias, que são de fundamental importância ao complemento deste trabalho científico.

Este trabalho se propõe a estudar a trajetória dos ciclos de desenvolvimento experimentados pelo Estado de forma a poder auxiliar estudos numa visão investigativa dos percalços dessa trajetória.

Sem estratégia, sem planejamento, sem visão de futuro, não será possível alcançar a sustentabilidade econômica tão desejada, pois se de um lado a Zona Franca de Manaus se constituiu em um grande polo de crescimento econômico e social na capital do Estado, por outro lado, sessenta e um municípios de grandeza territorial variável e com vocações econômicas próprias ainda precisam ter seu desenvolvimento assegurado nesse contexto.

Essa forte dicotomia Manausxinterior, o modelo de desenvolvimento criado com a Zona Franca de Manaus - fundamentado em amplos benefícios fiscais - e as graves carências sociais do Estado, exige encontrar um caminho inteligente e viável à busca alternativas de desenvolvimento com mais participação, equidade e sustentabilidade. É necessário um redesenho dessa concepção e implementação de um modelo sistemático de desenvolvimento a partir de vocações produtivas

locais, criando um cenário de crescimento e desenvolvimento favorável e estável para a região, assim como no atendimento das demandas de forma mais equilibrada, visando prover os municípios de infraestrutura social e econômica e de capacidade de inovação, com base em novas tecnologias, contribuindo desse modo para a redução das desigualdades.

Todavia, para que tais ações tenham continuidade e o processo de planejamento seja fortalecido, propõe-se apresentar algumas indicações sumárias e muito preliminares sobre as tendências de crescimento, as grandes linhas de ação com os respectivos cenários a serem avaliados, os parâmetros macroeconômicos a serem considerados e que possam servir de base para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do estado do Amazonas.

Considerando os grandes ciclos de desenvolvimento experimentados pelo Estado do Amazonas, como o Ciclo da Borracha, Zona Franca de Manaus e Programa Zona Franca Verde, investiga-se qual seria o modelo mais viável para que se efetive uma proposta de desenvolvimento para o Estado. Nessa perspectiva, o questionamento aqui registrado é: Qual a proposta mais compatível com a realidade Amazônica na construção do ideal de desenvolvimento?"

1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA

Reverendo o levantamento de estudos onde se incluem propostas, projetos ou até modelos apresentados, sob a ótica de cada autor, a hipótese da pesquisa deve ser a de se registrar, como perspectiva a ser considerada, a condução de que até os dias atuais não se efetivou um processo de continuidade, considerando que possa estar sendo inviabilizado por um problema de gestão, e, ainda, que as demandas sociais, políticas, demográficas e, principalmente, econômicas, se revigoram a cada momento, propiciando, a todo instante, a percepção de novos cenários a serem apreciados.

1.4 JUSTIFICATIVA

O processo de autosustentabilidade ainda não se efetivou, considerando, entre outras causas, a ausência de continuidade de gestão, especialmente em

programas e ações que se propõem a consolidar o desenvolvimento local nas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais do Estado.

Soma-se a este processo, a necessidade de se apreciar, com maior amplitude, o conhecimento até então disponibilizado para a região e, partindo desse princípio, desenvolver a capacidade de reflexão sobre o que aconteceu nos seus ciclos de desenvolvimento, incluindo, além de uma reflexão histórica, a apreciação da responsabilidade pela gestão pública dos atores sociais aí inclusos.

Nesse contexto, percebe-se, imediatamente, a necessidade de se justificar o presente trabalho, considerando que, embora possa conter possíveis limitações em seu conteúdo, o mesmo poderá agregar conhecimento sobre a problemática levantada, tanto ao mundo acadêmico quanto à sociedade em geral que possa vir a desfrutar da presente contribuição.

A justificativa também cabe como desafio da pesquisadora na busca da literatura disponível e nos documentos primários que registram o processo de crescimento e desenvolvimento regional, formando um eixo central de pensamento que possa determinar, a partir de então, uma base reflexiva sobre os ciclos de desenvolvimento que aconteceram e assim registrar uma nova e promissora reflexão sobre a temática abordada.

1.5 OBJETIVOS

Quanto aos objetivos da pesquisa, é proposto serem apresentadas as diversas abordagens sobre o desenvolvimento da região e, a partir daí, disponibilizar uma reflexão que possa servir de base aos futuros estudos sobre a mesma temática, ao mesmo tempo em que objetiva, no momento atual, registrar as linhas de pensamento reveladas pelos autores sobre o desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

O trabalho objetiva, ainda, servir como inspiração aos gestores públicos na busca de um desenvolvimento ecologicamente correto, socialmente justo e, na sua forma, economicamente viável.

1.6 A METODOLOGIA EMPREGADA

A metodologia utilizada no trabalho de pesquisa foi a de caráter bibliográfico e documental, acrescentando-se ao conteúdo informações retiradas de sites relacionados a profissionais que atuam na área em questão. Neste item, foi tomado como base, o critério apresentado por Furasté (2003), e Vergara (2003), in Fonseca (2008), que consideram a necessidade de dividir o procedimento de pesquisa na seguinte ordem:

Quanto aos fins a pesquisa, será de caráter exploratório, descritivo e explicativo, por se tratar de levantamentos bibliográficos e documentais, por meio de estudos feitos em livros e documentos que comprovam seu caráter descritivo, com o objetivo de verificarem-se as teorias das fontes coletadas para a realização do trabalho, tal como propõe Vergara (2003), in FONSECA (2008).

Quanto à sua natureza, a pesquisa será de caráter qualitativo, uma vez que será trabalhado o estudo do processo de desenvolvimento regional do estado do Amazonas.

Quanto aos meios, a pesquisa tem como base fundamental o estudo bibliográfico, já que reúnem melhor o armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas, além de comprovar a sua veracidade como conteúdo de pesquisa científica, tal como afirmam os mestres de metodologia científica Lakatos (2003) e Vergara (2003), in FONSECA (2008).

Como fontes para a presente pesquisa, serão estudados, além dos recursos mencionados, comentários atuais sobre o tema em jornais, periódicos e internet.

O procedimento adotado para a coleta de dados que acompanhará esta pesquisa se resume em realizar uma leitura crítica da bibliografia proposta, relatando *a posteriori*, de forma analítica, as conclusões auferidas.

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Desenvolvimento Regional – Algumas Concepções

Comenta Jefferson Péres¹ que o Desenvolvimento, na visão de Roberto Campos, constitui um mistério ainda não elucidado pela teoria econômica, porque depende de uma complexa interação de fatores. São tantas as variáveis envolvidas que, para alguns estudiosos, talvez permaneça indecifrável. Segundo Péres, in Salazar (2006:13), não existem pressupostos que estabeleçam se um país ou região está destinado ou não a se desenvolver, acrescentando que:

Recursos naturais, localização geográfica, herança colonial, passado feudal ou escravista, regime político, formação religiosa, tudo parece influir, positiva ou negativamente, mas nada parece decisivo. Alguns países aparentemente com um conjunto de fatores favoráveis, não lograram romper o desenvolvimento, ao passo que outros, marcados por condições adversas, conseguiram tornar-se desenvolvidos.

Como ressalta o professor Veiga², o uso cada vez mais freqüente da noção “DT, desenvolvimento territorial” ou “espacial”, como prefere a Comissão Européia, tende a substituir a tradicional expressão “desenvolvimento regional”, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional, e até continental (no caso da Europa).

¹ Jefferson Péres, ex-professor da Universidade do Amazonas e ex-senador, in Salazar, Admilton Pinheiro (2006).

² VEIGA, José Eli, Professor Titular da USP, Departamento de Economia & Procam. In www.econ.fea.usp.br/zeeli/

O Desenvolvimento Territorial, conforme Zapata (2006:23-25), “é um dos caminhos inteligentes e viáveis para buscar alternativas de desenvolvimento com mais participação, equidade e sustentabilidade”. E ainda acrescenta: “é uma estratégia em que os atores de uma localidade querem construir um processo de mudança social com mais participação, igualdade de oportunidades e mais qualidade de vida para a comunidade”.

Dentre as mais variadas concepções dos pesquisadores, Salazar (2006:119) considera o desenvolvimento regional “um processo social determinado por relações sociais específicas entre os grupos e classes que compõem a sociedade, apresentado, sobretudo, vínculos de denominação e subordinação das classes entre si”.

2.2 Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas na Perspectiva Histórica - A Era do Apogeu da Borracha

Durante os primeiros quatro séculos e meio do descobrimento do Brasil, as populações da Amazônia brasileira viviam praticamente em isolamento, porque os governos da época não conseguiram concretizar ações que impulsionassem o progresso na região. Vivendo do extrativismo vegetal, a economia regional se desenvolveu por ciclos (Drogas do Sertão), acompanhando o interesse do mercado nos diversos recursos naturais da região. O Amazonas, até 1820, desenvolvia a agricultura do café, algodão, guaraná, cacau, tabaco e anil, além das atividades industriais de cordoarias, olarias, fábricas de sabão e panos de algodão, além de possuir pequenos estaleiros. Esta opção, afirma Souza (2009), trouxe vários aspectos negativos para a região, agravando o abastecimento pelo declínio da agricultura de subsistência. No entanto, com o advento do extrativismo da borracha, a Amazônia entraria num período tão próspero que fez tudo parecer irrelevante.

O *cachuchu*, nome que os índios davam à goma, significando pau que dá leite, foi encontrado por La Condamine na Província de Quito e depois nas beiras do Marañon, quando já era utilizado para a confecção de borrachas, botas, bolas e bombas ou seringas. La Condamine relatando em seguida sua descoberta à

Academia de Ciências da França, em 1774, sendo este o primeiro passo para o advento do Ciclo-da-Borracha (BATISTA, 2007:169).

Foi na floresta amazônica que verdadeiramente se desenvolveu a atividade de extração da borracha, resultante de um líquido viscoso retirado da seringueira, denominado látex (*Hevea brasiliensis*).

Sua exposição ao ar provoca a mistura com outros materiais, o que a torna perecível e putrefável, bem como pegajosa devido à influência da temperatura. Por meio de um tratamento industrial, eliminam-se do coágulo as impurezas e submete-se a borracha resultante a um processo denominado vulcanização, suprimindo as



Figura 1

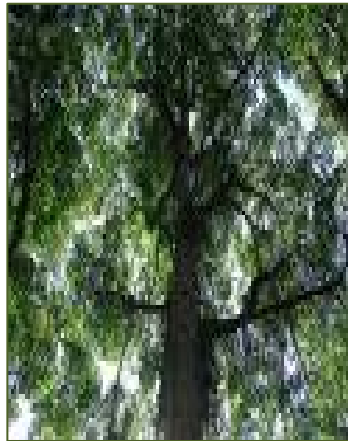


Figura 2



Figura 3

propriedades indesejáveis. Esse processo a torna imperecível, resistente a solventes e a mutações de temperatura, adquirindo excelentes propriedades mecânicas e perdendo o caráter pegajoso.

2.1.2 Apogeu da Borracha

Explorada em pequena escala desde o início do século XIX, a extração da borracha intensificou-se na Amazônia a partir de 1850, com a comercialização do produto em nível internacional, principalmente entre os anos de 1905 e 1912, quando toda a economia brasileira e, em particular, do Amazonas, passou a depender unicamente da extração do látex. Nesse período, toda a economia da Amazônia estava dominada por empresas estrangeiras sediadas na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, impedindo qualquer iniciativa contrária aos seus

interesses. Nessa época as ações do governo limitavam-se à cidade de Manaus, ficando o interior do Estado entregue à própria sorte (DEAN, 1989).³

Assim, toda a riqueza e poder estava concentrada na capital. Após a descoberta da borracha e de suas diversas utilidades, o produto alcançou elevadas cotações no mercado internacional, enriquecendo rapidamente os barões da borracha, também conhecidos como "coroneis de barranco".⁴ Tão incultos quanto ricos, os novos milionários da região resolveram transformar suas principais cidades, Manaus e Belém, em verdadeiras Paris picais.

Belém, capital do Estado do Pará, assim como Manaus, capital do Estado do Amazonas, eram na época consideradas as cidades brasileiras mais desenvolvidas e umas das mais prósperas do mundo, principalmente Belém, não só pela sua posição estratégica - quase no litoral -, mas porque sediava um maior número de residências de seringalistas, casas bancárias e outras importantes instituições. Ambas possuíam luz elétrica e sistema de água encanada e esgotos, gozando de tecnologias que outras cidades brasileiras ainda não possuíam, tais como bondes elétricos, avenidas construídas sobre pântanos aterrados, além de edifícios imponentes e luxuosos, como o Teatro da Paz, em Belém, e o requintado Teatro Amazonas, em Manaus, que nada mais é que uma tentativa de réplica da Ópera de



Figura 4



Figura 5

Paris, além do Palácio do Governo, o Mercado Municipal e o prédio da Alfândega, também em Manaus.

³ in http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha

⁴ Coroneis de barranco – denominação para os empresários da borracha.

A influência europeia logo se fez notar na arquitetura das construções e no modo de viver dos habitantes daquelas cidades, fazendo dessa a melhor fase econômica vivida por ambas.

Como forma de pagamento pela exportação da borracha, os seringalistas recebiam em libra esterlina (£), moeda que circulava em Manaus e Belém durante a Belle Époque amazônica.

Em meados do século XIX, depois de tantos embates, havia estabilidade política e progresso econômico, conforme declara Souza (2009:253): “Para uma região cansada de tanta agitação política, era como poder respirar sossegado”

Nesse tempo de prosperidade foi criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, com três pequenos vapores, intensificando o comércio, e, em consequência, foi assinado o Decreto imperial em 1867, abrindo o rio Amazonas ao comércio de todas as nações. Sobre essas variadas mudanças, descreve SOUZA (2009:253):

O cosmopolitismo do “Ciclo da Borracha”, face e sinal de uma triste alienação, parece algo forçado, produto de um salto brusco. A Amazônia, na historiografia esquemática que se escreve sobre ela, parece ter experimentado um vigor inesperado que a retirou do silencioso passado colonial, com suas vilas de poucas casas, para um ritmo trepidante e voraz. Uma nova psicologia obrigava as elites a já não se satisfazerem com a vida pacata e provinciana. O comércio da borracha vinha proporcionando inquietudes inéditas.

2.1.3 Pano de Fundo da Riqueza

O pano de fundo dessa opulência era de grande miséria. O interior do Estado foi relegado ao esquecimento, e assim os trabalhadores dos seringais prisioneiros do sistema patronal, sem meios para saldar suas dívidas. O ciclo da borracha possibilitou, sem dúvida, o maior movimento de migração brasileira em direção à Amazônia. Estima-se que 500.000 nordestinos tenham chegado a esta região para o trabalho nos seringais. A decadência da borracha e os fracassos dos governos federais na tentativa de recuperar a produção do látex, levou os aventureiros e explorados soldados da borracha a se deslocarem para suas terras de origem ou para a cidade. Na cidade, a população viveu momentos de incertezas

e necessidades. No interior, alguns seringais foram abandonados, assim também outras propriedades. Nesse quadro de incertezas, aos trabalhadores restou a alternativa de voltar no tempo e explorar a castanha-do-pará, a madeira, os óleos essenciais e vegetais, os couros e as peles, o pescado e a extração mineral, além de explorar também a agricultura juteira da várzea (DEAN, 1989).⁵

2.1.4 Projeto de Construção da Ferrovia Madeira-Mamoré

Na história do desenvolvimento da Amazônia, um episódio importante que marcou essa fase foi a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em 1912, conhecida como Ferrovia do Diabo, por ter causado a morte de cerca de seis mil trabalhadores. Foi construída com o propósito principal de escoar a borracha e outros produtos da região amazônica, na tentativa de integrá-la ao mercado mundial por meio da comercialização da borracha.

O modelo gerencial de Percival Farquhar, administrador da ferrovia (Souza, 2009:252), “era muito eficiente. Tão eficiente que a ferrovia resistiu mais três décadas...”. Mas, conforme declara Dean (1989)⁶, o destino da ferrovia foi desastroso, o que se deve à queda do preço do látex no mercado mundial e ao deslocamento do transporte de outros produtos para as estradas de ferro do Chile, Argentina e Canal do Panamá, quando poderia ser feito pela Madeira-Mamoré.

Além desses fatores, revela o historiador que “a própria floresta, com seu alto índice de chuvas na região, se encarregou de destruir trechos inteiros dos trilhos, aterros e pontes, tomando de volta para si boa parte do trajeto que o homem insistira em abrir para construir a Madeira-Mamoré”.

Estes acontecimentos culminaram com a desativação da Rodovia em 1972, quando foi inaugurada a Rodovia Transamazônica (BR-230). Atualmente, de um total de 364 quilômetros de extensão, restam apenas 7 quilômetros ativos, atualmente utilizados para fins turísticos.

⁵ In <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha

⁶ Idem

2.1.5 Término do Monopólio Amazônico da Borracha e suas Consequências

Quando a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré chegara à Amazônia, esta já estava perdendo a primazia do monopólio de produção da borracha porque os seringais plantados pelos ingleses na Malásia (principal responsável pela queda do monopólio brasileiro), Ceilão e África tropical, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade e a custos menores, o que os fez assumir o controle do comércio mundial do produto.

A borracha natural da Amazônia passou a ter um preço proibitivo no mercado mundial, o que refletiu na estagnação imediata da economia regional. A crise se agravou ainda mais pela falta de visão empresarial e governamental, que não encontrou alternativas que possibilitassem o desenvolvimento regional, tendo como consequência imediata a estagnação também das cidades. Essa responsabilidade se atribui também ao governo e políticos que não incentivaram a criação de projetos administrativos que gerassem um planejamento e um desenvolvimento sustentado da atividade de extração do látex.

Embora restando a ferrovia Madeira-Mamoré e as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim como herança deste apogeu, a crise deixou marcas profundas em toda a região amazônica, como a queda na receita dos Estados, alto índice de desemprego, êxodo rural e urbano, sobrados e mansões abandonados, e, principalmente, falta de expectativas em relação ao futuro para os que insistiram em permanecer na região.

Os trabalhadores dos seringais, agora desprovidos da renda da extração, fixaram-se na periferia de Manaus em busca de melhores condições de vida. Foi nesse ano de 1920 que, por falta de habitação, iniciou-se a construção da cidade flutuante, gênero de moradia que se consolidaria na década de 1960.

Com o objetivo de contornar a crise, o governo central do Brasil criou a Superintendência de Defesa da Borracha, mas sem nenhum resultado, sendo desativado não muito tempo depois de sua criação.

A partir do final da década de 1920, Henry Ford, pioneiro da indústria americana de automóveis, empreendeu o cultivo de seringais na Amazônia criando em 1927 a cidade de Fordlândia e posteriormente (1934) Belterra, no Oeste do Pará, especialmente para este fim, com técnicas de cultivo e cuidados especiais. Todavia, toda a plantação foi atacada por uma praga conhecida como mal-de-folhas, causada por fungos. DEAN (1989).⁷

2.2 Segundo Ciclo da Borracha - 1942 a 1945

Durante a Segunda Guerra Mundial a Amazônia viveria outra vez o ciclo da borracha, embora por pouco tempo. Com o domínio militar do Pacífico Sul e a invasão da Malásia por forças japonesas, o controle dos seringais passou a estar nas mãos dos nipônicos, o que concorreu para a queda de 97% da produção da borracha asiática.

Isso resultaria na implantação de mais alguns elementos, inclusive de infraestrutura, apenas em Belém, com destaque para o Banco de Crédito da Borracha, atual Banco da Amazônia, o Grande Hotel, onde hoje é o Hilton Hotel, o aeroporto e a Base Aérea de Belém.

Essa segunda fase, para muitos trabalhadores oriundos de vários lugares, o quadro era de extrema pobreza, miséria, crueldade e escravidão. Milhares de seringueiros morreram abandonados na Amazônia, depois de terem exaurido suas forças extraíndo o “ouro branco”⁸ acometidos de malária, febre amarela, hepatite ou atacados por onças, serpentes e escorpiões. O governo brasileiro também não cumpriu a promessa de reconduzir os Soldados da Borracha⁹ de volta à sua terra no final da guerra, reconhecidos como heróis e com aposentadoria equiparada à dos militares. Calcula-se que conseguiram voltar ao seu local de origem, a duras penas, cerca de seis mil homens.

⁷In http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha (2009).

⁸ Ouro branco: como era denominada a borracha.

⁹ Soldados da borracha: como eram chamados os trabalhadores nos seringais

Mas quando chegavam tornavam-se escravos por dívida dos coronéis seringueiros e morriam em consequência das doenças, da fome ou assassinados quando resistiam lembrando as regras do contrato com o governo.

2.3.2 Decadência da Borracha

A época da borracha foi considerada como um período áureo para a Amazônia, criando-se assim uma elite que estabeleceu um sistema de avivamento e, a seu modo, marcaria as relações socioeconômicas na região. Entretanto, este empreendimento sofreu uma queda brusca a partir de 1910. Em 1876, o inglês Henry Wickham contrabandeara sementes da seringueira para a Inglaterra. No ano seguinte, os ingleses levariam mudas desse vegetal para a Ásia, estabelecendo plantações de borracha que superariam a produção brasileira (MALVEIRA, 2009:44).

Diante dessa concorrência desigual, a borracha do Amazonas não resistiu à competição do produto asiático que, em poucos anos, substituiu quase inteiramente os mercados produtores. Foi então quando o governo brasileiro iniciou a implantação de planos de desenvolvimento da Amazônia com o objetivo de recuperar a decadente produção do látex.

3.1 Um Pouco de História Econômica

A grandeza territorial da Amazônia e as dificuldades de acesso inerentes a uma região isolada dos fluxos mercantis litorâneos constituíram desde o início um desafio à argúcia e criatividade dos desbravadores e colonizadores. No enfrentamento da realidade amazônica, os portugueses foram obrigados a definir e redefinir estratégias, promovendo intervenções destinadas a organizar a logística de exploração da economia local.

Por volta de 1852, a entrada da tecnologia a vapor nos rios da região desencadeou a realização das seguintes ações (SALAZAR, 2006:227):

- Criação da Companhia de Navegação de Transportes do Amazonas;

- Abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira em 1866, assim como a criação da Amazon Steam Navigation Company Limited, trouxe os capitais ingleses que iriam financiar a grande largada da economia da borracha.
- Os investidores estrangeiros, aliados à mão de obra nordestina, possibilitaram a criação de importantes equipamentos humanos em Belém e Manaus e financiaram a implantação da infraestrutura econômica básica, que subsiste e continua operando na região.
- Construção em 1902 do cais flutuante de Manaus, ainda hoje o único porto moderno da capital amazonense;
- Implantação do sistema de energia elétrica;
- Implantação do sistema de transporte urbano - por meio de bondes elétricos;
- Implantação dos serviços de telégrafo e saneamento básico.

Daí segue-se um período de crise e estagnação regional, que coincide com a Primeira Guerra Mundial, e se prolongou por cerca de trinta anos. Em 1912, o Presidente Hermes da Fonseca, tentando encontrar uma saída para a queda dos preços da borracha no mercado internacional, em razão da concorrência oriunda das plantações da Malásia, criou o Plano de Defesa da Borracha e uma Superintendência de Defesa da Borracha vinculada ao Ministério da Agricultura. Contudo, (SALAZAR, 2006:229) “a proposta ficou só no papel, não apenas pela ausência de recurso orçamentário, mas por falta de vontade política”. Entretanto, esta se constituiu precursora de todas as superintendências e de todos os planos que no decorrer do século foram propostos para a região. As agruras dos anos pós- crise mundial de 1929, que devastaram duramente a economia brasileira, acentuaram os problemas econômicos e políticos, redundando em maior abandono e desalento para as distantes populações amazônicas. Com Getúlio Vargas no poder em 1930, comenta o autor (2006:229), “este teve a consciência despertada para o angustiante isolamento do homem do norte do país e o que isso representava como ameaça à soberania nacional”. Várias tentativas do seu governo se efeturaram na busca de soluções econômicas para a região, destacando-se entre as mais importantes, a atração de capitais japoneses ligados a um projeto de migração e colonização agrícola que conseguiu como resultado final aclimatar a região à juta asiática. A implantação dessa cultura no município de Parintins e as atividades agroindustriais inerentes a ela não tiveram tempo suficiente para se organizar e amadurecer, uma vez que o projeto foi atropelado pelo surgimento da Segunda Guerra Mundial em 1939. No entanto, com o término da guerra o projeto foi retomado, conforme descreve SALAZAR (2006:230):

No pós-guerra, o cultivo da juta foi retomado pelas populações ribeirinhas, expandindo-se pelas várzeas no médio e baixo Amazonas e tornando-se a principal atividade econômica do mercado que, aliada à agricultura de subsistência, constituiu até o advento da industrialização de Manaus a única fonte alternativa de renda e emprego na região.

Em outubro de 1940, preocupado pela decadência em que se encontrava a economia da região, o então Presidente Getúlio Vargas faz um discurso que se tornou conhecido como “o discurso do rio Amazonas”, trazendo novo ânimo aos povos ribeirinhos isolados e esquecidos por seus patrícios das regiões mais favorecidas. Em seu discurso ele afirmava ser necessária a “exploração racional das culturas” e que a “Amazônia é a terra do futuro, a terra da promessa”.

Alguns destaques das ações realizadas pelo Governo de Getúlio Vargas (SALAZAR, 2006:230):

- Assinatura dos Acordos de Washington, que objetivava a troca da borracha amazônica pela tecnologia do aço.
- Criação do Banco de Crédito da Borracha, em parceria com os americanos, estabelecendo o monopólio do produto e sua entrega aos Estados Unidos, por meio da Rubber Development Corporation, e obtinha compromissos e empréstimos; e assim se retomava a ação de ocupação econômica da Amazônia por meio de um projeto de recuperação dos seringais nativos.
- Criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)
- Promoção da modernização do sistema de transporte fluvial.
- Implantação da indústria nacional, por meio de empréstimos concedidos pelo governo americano.
- Embora com graves dificuldades de capitais e tecnologia, Consolidação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, iniciando a produção doméstica do aço em 1943.

Em uma emenda do deputado Leopoldo Peres (Salazar, 2006:231), a Constituição de 1946 estabeleceu em seu artigo 199 a União aplicaria no Plano de Valorização Econômica da Amazônia durante pelo menos 20 anos consecutivos, quantia não inferior a 3% de sua renda tributária. O parágrafo único desse artigo dizia que os Estados e territórios da região, e respectivos municípios, reservariam também para o mesmo fim 3% de suas rendas tributárias. Embora constitucional, este preceito nunca foi implementado. Na sua parca economia, a Amazônia sempre concorreu para a grandeza do Brasil, contribuindo até 1911 com 50% da renda

federal e até 1912 figurando na balança de exportação em segundo lugar, depois do café.

Após a guerra, as atividades vão se normalizando, novas instituições vão sendo instaladas e outras reformuladas, a título do Banco da Amazônia que é transformado em Banco de Crédito da Amazônia; criação do Instituto de Pesquisas da Amazônia, Superintendência de Plano de Valorização da Borracha, a SPEVEA, com o fim de fomentar as atividades regionais, com ênfase à produção extrativa mineral, agricultura, industrialização de matérias-primas regionais e estabelecimento de um plano viário para a região. Com o regime militar, esses planos até então esquecidos, sujeitos a interesses e pressões regionais do Centro-Sul, foram retomados com um novo enfoque: contemplava-se uma visão geopolítica a fragilidade da soberania brasileira nas fronteiras da Amazônia. Era a ocupação do espaço econômico preenchendo o espaço político.

O leque de intervenções estratégicas planejadas possibilitava o início de uma nova fase do desenvolvimento regional voltada para a Amazônia interior. Programas regionais foram reestruturados e outros novos foram se consolidando por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs. Na política de incentivos fiscais a SPEVEA foi substituída pela SUDAM, O Banco de Crédito da Amazônia pelo Banco da Amazônia S.A. – BASA e a instituição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Na área militar, a sede do Comando Militar da Amazônia, instalado em 1968, foi transferida de Belém para Manaus. (SALAZAR, 2006).

3. Segundo Ciclo de Desenvolvimento – Projeto Zona Franca de Manaus

A economia sustentava-se em suas próprias forças, seja nas situações de estagnação ou expansão. A inferência das instituições era notada apenas quando despertadas para a importância da fatia de renda pública que representavam as atividades regionais geradoras de tributos e taxas. E assim também agia o governo federal, cujos atos se davam somente quando da redução de seus lucros. A economia regional tem se caracterizado historicamente por essa faseologia econômica, onde os aspectos episódicos das relações de produção econômica se

calcam contra o pano de fundo das complexas relações de produção vigentes no exterior.

Considerando a necessidade de integrar essa vasta área à economia do país, promover sua ocupação e elevar o nível de segurança para a manutenção de sua integridade territorial, o Parlamento Federal aprovou em 1967 o Decreto-Lei n.º 288 (cuja vigência foi prorrogada até 2023), que instituiu a Zona Franca de Manaus.

3.1. Projeto Zona Franca de Manaus (ZFM)

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento regional da Amazônia brasileira administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esse modelo atua como irradiador de desenvolvimento na Amazônia, por meio da atração de investimentos, fomento e apoio às atividades de produção, infraestrutura econômica, capital intelectual, assistência técnica, qualificação de mão de obra, geração de emprego e renda e outros.

Segundo Botelho (2006:33), a Zona Franca “representou uma estratégia geopolítica visando acelerar o processo de interiorização do desenvolvimento para o território da Amazônia Ocidental, respondendo aos apelos da política de continentalidade.”

Conforme declarações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan, 2008:8)¹⁰, “dentre os programas, projetos e medidas relativas à Amazônia Legal adotados e executados a partir do ano de 1960, a ZFM foi aquele que melhor conciliou crescimento regional com preservação ambiental”.

3.2.1 Competências da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

¹⁰ Estratégia Econômica do Estado do Amazonas, Versão 1.0, Manaus, outubro de 2008.

A competência básica da Zona Franca de Manaus (Suframa) é a de administrar os incentivos fiscais especiais concedidos para as empresas com projetos aprovados pelo seu Conselho de Administração. Ela possui autonomia financeira, com orçamento arrecadado em função da cobrança de taxas pagas pelas empresas incentivadas diante dos serviços que executa na operacionalização do Projeto ZFM. Sua máquina administrativa consome cerca de 1/3 do orçamento e o restante é destinado aos financiamentos de projetos de interesse para o desenvolvimento econômico em sua área de abrangência (BOTELHO, 2006).

Embora localizada em Manaus, sua institucionalidade está presente em vários pontos da região, mas principalmente nas áreas de livre comércio de Macapá/Santana, no Amapá, Tabatinga/Amazonas e Guajará-Mirim/Rondônia, além de outros.

Sua produção provém de empresas incentivadas, incluindo agropecuárias, agroindustriais e comerciais, e entidades e órgãos beneficiados pelo financiamento de projetos com recursos não-reembolsáveis, como prefeituras, universidades, associações, cooperativas, ONGs e outras.

Desde sua criação a Suframa vivenciou algumas fases, assim classificadas (MALVEIRA:2009:45-47):

1ª fase: expansão do setor terciário como incremento da atividade de turismo; de importação. Esta fase permitiu o acesso a modernas tecnologias para o Polo Industrial de Manaus;

2ª fase: denominada de substituição de importação, onde são definidos coeficientes mínimos de substituição. Esta fase permitiu o acesso a modernas tecnologias para o Polo Industrial de Manaus.

3ª fase: promoveu a abertura do mercado brasileiro às exportações, com a criação das áreas de livre comércio, eliminação dos limites globais de exportação e criação do Entrepósito Internacional da Zona Franca de Manaus (EIZOF), que permite, na importação e na exportação, o depósito de mercadorias com suspensão do pagamento de tributos e sob controle fiscal.

4ª fase: destaca um estímulo às exportações, integração com o Mercosul, Alca, inserção do PIM no processo de globalização da economia e a formação de capital intelectual na região. A terceira fase se destaca pelo empenho em promover o desenvolvimento dos interiores, estimulando os municípios a formarem uma economia própria.

3.3 O Polo Industrial de Manaus (PIM)

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) é a coluna de sustentação da Zona Franca de Manaus (ZFM), base da matriz econômica do estado do Amazonas. O PIM responde por aproximadamente metade do PIB estadual, 38% da arrecadação tributária, 65% do total dos impostos federais arrecadados na região Norte e inclui tanto indústrias de ponta com a geração de conhecimentos quanto montadoras simples com mão de obra barata (SEPLAN, 2008).¹¹

As empresas do PIM recebem incentivos para a produção, política que gera emprego e renda não só no Amazonas, mas nos demais estados da Amazônia Ocidental (Roraima, Acre, Rondônia), Macapá e Santana, no Amapá (a área de atuação do modelo ZFM), além de arrecadação de impostos para a própria União e estados.

Esta iniciativa redundou no acréscimo da população do Estado do Amazonas e a consequente elevação do PIB, conforme dados da Seplan (2008:8) abaixo transcrito:

Tal processo permitiu que a população residente no Amazonas aumentasse 194% de 1970 a 2000, perfazendo uma média anual de 3,7%, bem acima da evolução brasileira, 82%, média anual de 2,0%. Mesmo a população do Interior amazonense cresceu mais do que a população do País: 119% ou 2,6% ao ano. A Amazônia Ocidental viu sua população residente subir 284% – média anual de 4,6%. O próprio PIB a custo de fatores também experimentou taxas médias anuais de crescimento superiores às brasileiras para o mesmo período: o Amazonas cresceu 8,0%; a Amazônia Ocidental, 8,2%; e o Brasil, 4,8%.

O Governo Federal concede na região a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e reduções do Imposto de Importação (II), do Imposto de Renda (IR) - este gerido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - e alíquota de PIS/COFINS. Há ainda os incentivos oferecidos pelo

¹¹ Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN. Estratégia Econômica do Estado do Amazonas. Manaus (2008).

Governo do Estado do Amazonas que consiste na restituição parcial ou total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços – ICMS, dependendo do projeto (Seplan, 2009).¹²

As empresas instaladas no Polo fazem parte, principalmente, dos segmentos de eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, mecânico, descartáveis (isqueiros, canetas, barbeadores), entre outros.

O PIM compreende o polo econômico comercial, industrial e agropecuário. O industrial é considerado a base de sustentação da Zona Franca de Manaus. O Polo Agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, entre outras. O comércio mantém tendência crescente e hoje emprega mais de 50 mil trabalhadores.

Hoje, são mais de 500 indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus que contribuem para a geração de mais de 500 mil empregos diretos e indiretos e que faturaram no ano de 2007 US\$ 25,7 bilhões. O Polo Industrial de Manaus é a alternativa econômica encontrada para impedir a exploração irracional dos recursos naturais, possibilitando a preservação de 98% da camada florestal no Estado do Amazonas. (SEPLAN, 2009).¹³

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Amazonas conta atualmente com 98% da sua cobertura vegetal preservada (SEPLAN, 2008:56)¹⁴. Este resultado se atribui principalmente à elevação do nível de renda no Estado.

Entretanto, o crescimento dos níveis de exportação mediante sensíveis ganhos de competitividade, não são suficientes para manter a autossustentabilidade do Pólo Industrial de Manaus, o adensamento de suas cadeias produtivas e o desenvolvimento tecnológico. Assim sendo, ações foram desenvolvidas no sentido de dotar o Projeto Zona Franca de Manaus de uma estrutura moderna e competente

¹² Seplan, Estratégia Econômica do Estado do Amazonas, Versão 1.0. Manaus, Outubro, 2008.

¹³ Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, in www.seplan.am.gov.br

¹⁴ Estratégia Econômica do Estado do Amazonas, Versão 1.0, Manaus, Outubro, 2008

que promova um novo estágio de desenvolvimento do Polo Industrial, como meio de tornar os setores estratégicos mais competitivos para melhorar o desempenho da balança comercial da região e o conseqüente aumento da geração de emprego e renda.

A integração das ações de ciência, tecnologia e inovação que atinjam a todos os segmentos sociais da Amazônia, acredita-se, poderá dotar o Projeto Zona Franca de Manaus de condições de alcançar sua autossustentabilidade, transformando a cidade de Manaus em centros de referência no que concerne à ciência, pesquisa e inovação tecnológica, propiciando um melhor aproveitamento de potencialidades regionais.

As articulações com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ao qual a Suframa é vinculada, e no âmbito internacional, os contatos estabelecidos, inclusive orientação e apoio do Instituto de Microeletrônica (IMEC), da Bélgica, permitiram o delineamento do cenário inicial, oferecendo argumentos consistentes para justificar um estudo, visando a viabilidade de instalação de um “centro de tecnologia de microssistemas” para potencializar e favorecer a instalação de indústrias de microeletrônica e micromecânica no Polo Industrial de Manaus. O resultado confirmou a necessidade e importância da criação de um “Centro” que permitirá a inserção do PIM e mesmo do Brasil, no restrito grupo de nações que pontuam o “mapa” da indústria de microeletrônica no contexto mundial.

Neste sentido, foi criado o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação no PIM (CT-PIM) que atuará em harmonia com as diversas instituições locais, mediante a consolidação de pelo menos 18 competências, as quais comportam 54 projetos/programas (PPs) que possibilitarão a construção do cenário de desenvolvimento desejado para o PIM (Suframa, 2008).¹⁵

O cenário futuro para o Polo Industrial de Manaus e sua irradiação à Amazônia tem perspectiva de consolidação para o ano de 2020, tendo uma produção de bens com maior valor agregado, nos atuais segmentos industriais e

¹⁵ In Prospecto produzido pela Suframa por ocasião da Feira Internacional da Amazônia – FIAM, 2008.

áreas emergentes, principalmente as que envolvem a biodiversidade e os recursos naturais locais, o potencial de navegação fluvial e a prospecção e extração de gás e petróleo.

O CT-PIM dotará o parque fabril de Manaus das competências tecnológicas necessárias para elevar a competitividade de suas empresas a partir da inovação tecnológica e da sustentabilidade ambiental.

Como é possível perceber, o projeto ZFM foi muito além da instalação de uma zona de livre comércio de importação e exportação, inaugurando na Amazônia interior o processo de desenvolvimento com base nos incentivos fiscais, o início da implantação de um polo comercial turístico, um polo industrial e um polo agropecuário e permitiu à Amazônia Ocidental a importação favorecida de insumos básicos, bens de capital, bens de consumo de primeira necessidade, máquinas e implementos agrícolas.

Do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro, o projeto deu densidade econômica ao espaço ocidental amazônico e criou condições de atrair investimentos nas regiões mais desenvolvidas do país, abrindo timidamente uma brecha no processo de concentração que grassava no Sudeste. Deu-se dessa forma o primeiro passo no sentido da desconcentração nacional das atividades econômicas e na direção da redução das desigualdades regionais (SALAZAR, 2006:368).

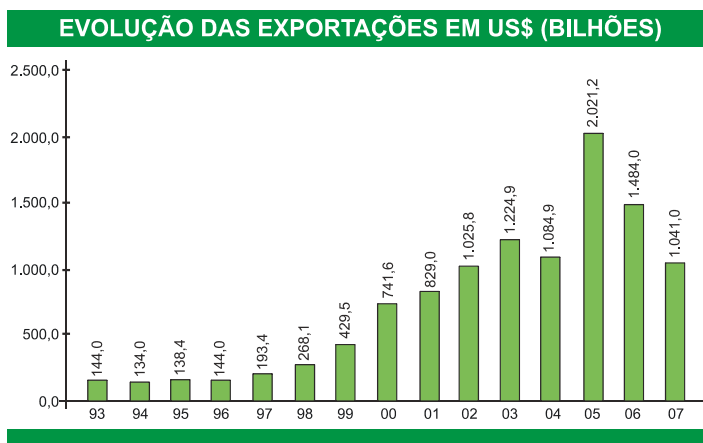
Além destes fatores, as populações da Amazônia Ocidental receberam novo alento com a criação ou dinamização das atividades industriais, comerciais e agrícolas. O PIB da região Norte foi alavancado pela produção do PIM.

Contudo, a região não foi a única beneficiária do modelo. Os incentivos fiscais transformaram pequenos e médios negócios, especialmente no Sul e Sudeste, em grandes empresas nacionais, como resultado das atividades desenvolvidas pelo Polo Industrial de Manaus, seja pela transferência de produtos de consumo subsidiados, seja adquirindo insumos industriais e fortalecendo o setor produtor de componentes, ou ainda, pela transferência de recursos obtidos na capital e renda obtidos no Amazonas que, reinvestidos no Sul-Sudeste, promoviam o crescimento, a implantação de empresas e a geração de emprego.

Os investimentos realizados pelas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) em 2007 somaram US\$ 6,7 bilhões e o faturamento anual do PIM em 2007 foi de US\$ 25,6 bilhões (DEPI-SEPLAN, 2008:12):¹⁶

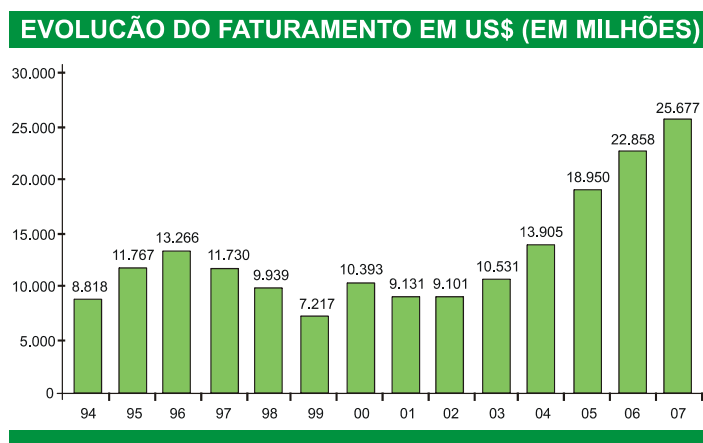
Abaixo, alguns gráficos onde pode ser visualizado o crescimento econômico do Estado do Amazonas por intermédio do Projeto Zona Franca.

Gráfico 1



Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), 2007

Gráfico 2

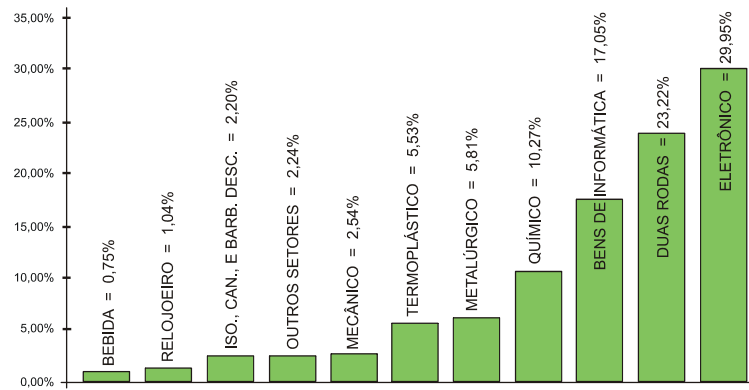


Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), 2007

Gráfico 3

¹⁶ Depi-Seplan in www.seplan.am.gov.br

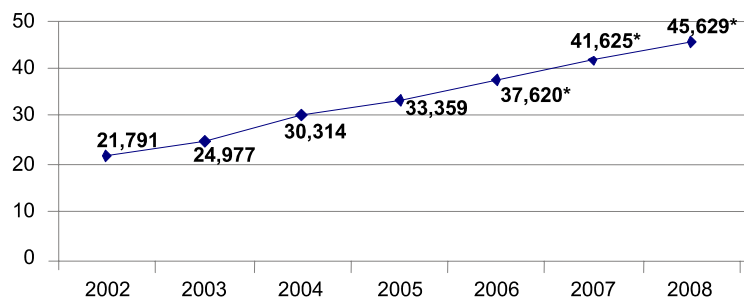
PRINCIPAIS SEGMENTOS DO PIM POR FATURAMENTO EM %



Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), 2007

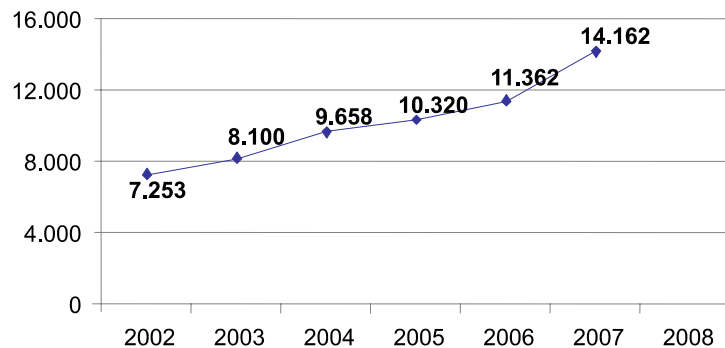
Gráficos 4 e 5

PIB DO ESTADO DO AMAZONAS



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico/DEPI.
*Valores estimado para o período de 2006 a 2008.

PIB PER CAPITA DO AMAZONAS



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico/DEPI.
Nota: Valores em 1 R\$.

3.3 Algumas Considerações Acerca do Projeto ZFM

O modelo ZFM sempre encontrou forte resistência às pressões de estados como São Paulo, pois as isenções e incentivos atraíram fortes segmentos da indústria de ponta, como a eletrônica, que antes estava sediada no Centro-Sul do País, daí as constantes ameaças e tentativas de neutralizar o modelo na tentativa de anular as vantagens apresentadas pela ZFM aos investidores nacionais e estrangeiros (Benchimol in BOTELHO, 2006:14).

Salazar (2006) afirma que sempre ficou muito clara a importância dos incentivos governamentais para o desenvolvimento da região, possibilitando ao Brasil a sustentação da soberania sobre a maior floresta tropical em área contínua do mundo.

A preservação da floresta do Amazonas, fator essencial ao equilíbrio dos ecossistemas terrestres, se deve a essa forma de desenvolvimento econômico. O Pólo Industrial de Manaus (PIM) criou uma cultura empresarial em um local onde praticamente inexistia atividade industrial, o que necessita ser mais bem aproveitado para dinamizar a economia regional, vislumbrando a dispensa dos incentivos fiscais. É imprescindível que o Brasil seja sábio na exploração dos enormes mananciais de recursos da região, observando a utilização correta dos recursos públicos e privados que poderiam ser investidos na promoção do desenvolvimento sustentável, explorando racionalmente os recursos da fauna e da flora, na expectativa do surgimento de novos empreendimentos industriais voltados para o aproveitamento de recursos da natureza. Os impostos oriundos das atividades econômicas incentivadas possibilitam a organização de planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, com vistas à excelência na execução de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento sustentável. As dezenas de bilhões de reais já foram arrecadadas pelo erário ao longo da história da ZFM. Se bem utilizadas, essas permitirão aos líderes das esferas públicas a realização de manobras estratégicas para melhorar a qualidade de vida em Manaus e no interior do Estado (SALAZAR, 2006).

Não se pode prever culturalmente como será a cidade de Manaus no futuro, depois de expirado o prazo de vigência do Projeto ZFM. A capital do Amazonas deve superar a tentação populista, oferecer uma rápida integração das massas de

migrantes pelos processos educacionais e culturais, acumulando ao lado do capital financeiro o capital intelectual com massa suficiente para fazer de sua população mais do que reserva de mão de obra e energia humana civilizada expansão global do capitalismo (SOUZA, 2009).

3.4 A Autossustentabilidade da Amazônia

O Projeto ZFM, enquanto figurar no cenário do Estado como uma solução concebida para o equacionamento da questão geopolítica e econômica da Amazônia, Botelho (2006:73) diz que a região “permanece numa ordem inacabada”. O autor faz referência às quase três décadas de existência do Projeto, sem ainda se delinear uma possibilidade real de autossustentabilidade para o desenvolvimento econômico da região. E conclui dizendo que tal projeto somente será considerado exitoso quando sua atual e futura produção for desenvolvida com base na sua vocação, “estiver o menos lastreada possível por incentivos fiscais.

4.0 O Ciclo Econômico de Desenvolvimento Atual - Programa Zona Franca Verde (ZFV)

Na busca de elementos na história do desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas para subsidiar o referencial teórico deste trabalho, verificou-se a existência de um projeto com o foco voltado para a sustentabilidade, de forma ainda bastante primária, como é o caso do Programa 3º Ciclo de Interiorização do Desenvolvimento, lançado em 1995 pelo Governo do Amazonas. O Programa tinha o propósito de resgatar as populações interioranas, proporcionando-lhes um maior grau de desenvolvimento no setor primário e secundário, e representava a necessidade de romper com a tradicional política amazonense, gerando uma maior receita voltada para o interior, com o fim de reverter o quadro socioeconômico que girava em torno da Zona Franca de Manaus.

O Programa revelou um caráter assistencialista, com doações de implementos agrícolas e veículos para uma política de autossustentabilidade de pequenos negócios, não causando, portanto, qualquer impacto na economia do Estado. No entanto, é possível assegurar que este foi o pontapé inicial na busca de alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável voltadas para o interior do Estado.

O sonho do desenvolvimento sustentável para o Estado do Amazonas passou a ser um desafio de governo e da sociedade que assumem de forma integrada a consciência da preservação ambiental na nossa região para a perenidade da qualidade de vida das populações do Amazonas.

A união política das unidades federativas da Amazônia Ocidental quanto ao aperfeiçoamento do Projeto ZFM, declara Botelho (2006:231) “... é fator decisivo para que possamos, inclusive, um dia superá-lo, na melhor das hipóteses, ou, no mínimo, complementá-lo”.

Hoje, para o atual ciclo econômico atual “adotou-se a denominação de Zona Franca Verde, o qual traz em seu substrato a questão do desenvolvimento sustentável, agregando valor àquele Terceiro Ciclo”, conforme o programa de governo, com o lema “ações para o Amazonas crescer com trabalho e renda para todos” (BOTELHO, 2006).

4.1 Programa Zona Franca Verde (ZFV)

O Zona Franca Verde é o programa de desenvolvimento sustentável implementado a partir de 2003 e redimensionado em 2007 com a sanção da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (SDS, 2008) . O programa foi concebido com a missão de enfrentar os descaminhos sociais e ambientais que acompanham o Amazonas desde o pós-ciclo econômico da borracha no início do século passado, tendo a como grandes desafios vencer as longas distâncias, heterogeneidades, dificuldades de logística e custos de transporte do maior estado brasileiro.

O Programa é coordenado pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR) e envolve todas as secretarias de governo em uma ação articulada de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável do Amazonas, além do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM) e Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM).

Os beneficiários do Programa são os pequenos agricultores, micro e pequenas empresas dos setores primário, secundário e terciário que têm como atividade-fim a produção sustentável florestal pesqueira, agropecuária e mineradora baseada em matéria-prima e produtos retirados da floresta, abrangendo todos os municípios amazonenses.

Entre as ações do projeto, o ZFV visa conter o êxodo rural do interior para Manaus, que gera os bolsões de pobreza; revitalizar órgãos do Estado com a atenção voltada para a produção de madeira e produtos florestais não madeireiros por extrativistas, pescadores, indígenas e empresas com responsabilidade social; aumentar a produção sustentável do pescado e de frutas tropicais para exportação; aumentar o grau de autossuficiência no abastecimento agropecuário; implementar uma agenda de trabalho para os bolsões de pobreza de Manaus e das populações extrativistas, pescadores e indígenas mais isolados (SEGOV/SDS/SEPROR, 2004)¹⁷.

O Programa Zona Franca Verde promove a melhoria da qualidade de vida da população do interior e a conservação da natureza a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária, e de atividades de turismo com bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associadas à gestão de unidades de conservação e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas.

¹⁷ Cartilha do Programa Zona Franca Verde

Sendo o Amazonas o maior estado brasileiro, ocupando o primeiro lugar no ranking da biodiversidade no quesito plantas e mamíferos do mundo, essa posição estratégica precisa ser utilizada com inteligência, pela transformação da riqueza em oportunidade para a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos segmentos mais empobrecidos da população.

A prioridade do programa inclui ações emergenciais de saúde, educação, combinadas a ações de segurança alimentar, de manejo sustentável dos recursos florestais e pesqueiros, além da proteção ambiental.

A estratégia é desenvolvida com enfoque na cadeia produtiva, canalizando para resolver os gargalos identificados pelos atores sociais e agentes econômicos envolvidos.

4.2 Desafios do Programa Zona Franca Verde na Luta pelo Desenvolvimento

Os desafios são gigantescos, em se tratando de um Estado pertencente à Amazônia, com suas enormes florestas e rios. Dentre os grandes desafios, se destacam: a regularização fundiária, crédito, assistência técnica, tecnologias de produção e gestão apropriadas, infraestrutura de transporte, energia, comunicação, desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia, entre outros.

A estes desafios somam-se ainda o baixo Índice de Desenvolvimento (IDH) em vários municípios, dos quais, três deles encontram-se com o IDH-M abaixo de 0,50, que nos coloca em patamares similares aos países mais pobres da África (SEGOV/SDS/SEPROR, 2004:11).

Por outro lado, o Estado tem a seu favor uma posição bastante privilegiada em relação ao desmatamento, com um baixo índice percentual de desflorestamento, o que nos coloca bem acima da média amazônica.

4.3 Criação de Sistemas Governamentais com Foco no Desenvolvimento Sustentável

Para se obter crescimento, é necessário boa gestão, com um Planejamento Estratégico que permita visão de longo alcance. Nesse propósito, o Governo do Amazonas criou a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) e seu sistema, formado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) e a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS). São os responsáveis maiores pela proteção da natureza e o uso dos recursos naturais, com valorização social, étnica, ambiental e econômica, por meio de ações de fortalecimento da assistência técnica, extensão florestal, organização e dinamização de cadeias produtivas florestais e extrativistas, aprovação da Lei Estadual nº 3.135, que institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, criação da Fundação Amazonas Sustentável, da Unidade Gestora de Mudanças Climáticas e programas como Programa Zona Franca Verde (ZFV), Programa Bolsa Floresta, Programa Amazonas Sustentável, Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e Projeto Corredores Ecológicos (SDS, 2008)¹⁸.

As estratégias de desenvolvimento passaram a se efetivar no Governo atual, primeiramente pelo esforço da quebra de paradigmas, como o reconhecimento do saber e das opiniões de indígenas e ribeirinhos que vivem na floresta. Em segundo lugar, na transição do processo de assistencialismo para uma política de sustentabilidade de pequenos negócios. E em terceiro, a gestão de unidades de produção e beneficiamento de produtos agrícolas, pesqueiros e extrativistas feita por pequenos e médios empreendedores privados com sustentabilidade econômica, ambiental e social.

4.4 Criação e Viabilização de Unidades de Conservação (UCs)

Instrumentos de políticas públicas também estão sendo aplicados a fim de transformar, dinamizar e assegurar a sustentabilidade econômica das cadeias produtivas. Nesta perspectiva, a ciência e a tecnologia passaram a assumir

¹⁸ Relatório de Gestão 2008.

importância estratégica, destacando-se as ações da Fundação de Apoio à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), o crédito ao pequeno empreendedor fornecido por meio do Cartão Zona Franca Verde, da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A (AFEAM), pela assistência técnica feita pelo IDAM e pela Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), e pelo estímulo dado pelo Governo do Amazonas na compra de bens naturais manufaturados.

4.4.1 Lei complementar sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)

Como forma de concretizar as ações que norteiam o Programa Zona Franca Verde, foi criada a Lei Estadual Complementar nº 53 de 05.06.2007, que estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, entre os quais se destacam, no âmbito estadual (Portal da Madeira Manejada): reconhecimento e valoração dos serviços ambientais, estabelecendo base jurídica para permitir o pagamento por esses serviços dentro das UCs; criação de novas categorias de UCs; Mecanismos e regras de financiamento para a implantação das UCs” (SDS, 2008)¹⁹.

4.4.2 A Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas

A Lei Estadual nº3.135 de 05/06/2007 institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, com o fim de estimular regimes de mercado de crédito de carbono; promover ações para ampliação da educação ambiental; fomentar a implementação de projetos de pesquisas em Unidades de Conservação; criar o Fundo de Mudanças Climáticas, que reverterá suas aplicações para o desenvolvimento de atividades como monitoramento, fiscalização, realização de inventário, conservação e manejo sustentável; criar o Bolsa Floresta para os moradores de unidades de conservação do Estado; Instituir selos de certificação a entidades públicas e privadas que

¹⁹ Relatório de Gestão.

desenvolvam projetos de mudanças climáticas. Em novembro de 2007 esta Lei foi alterada pela Lei 3.184, de 13 de Novembro de 2007 que autoriza o Poder Executivo Estadual a participar de uma única Fundação Privada, sem fins lucrativos, cuja finalidade e objeto se destinem ao desenvolvimento e administração dos Programas e Projetos de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, bem como gerenciar serviços e produtos ambientais.

Essa Lei cria dois selos: “Amigo do Amazonas, da Floresta e do Clima” e “Amazonas Sustentável”. Os selos serão outorgados a pessoas físicas, jurídicas e comunidades tradicionais. Para receber o certificado, elas deverão estar previamente cadastradas e exercer atividades produtivas, comerciais, investimento financeiro ou prestação de serviço. Elas deverão ainda contribuir com o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

4.4.3 Fundação Amazonas Sustentável

No dia 20.12.07 o Governo do Amazonas oficializou a criação da Fundação Amazonas Sustentável com a função de desempenhar um papel fundamental na implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas no estado do Amazonas, e tem entre seus objetivos combater o desmatamento e contribuir para a construção de uma relação harmônica entre o ser humano e a floresta, por meio da promoção de projetos de uso sustentável dos recursos florestais.

Suas atividades iniciam com um capital de R\$ 40 milhões, metade dos quais foi aportado pelo Governo do Amazonas, e a outra pela instituição financeira Bradesco. Os recursos aportados serão integralmente investidos em aplicações financeiras, e apenas os seus rendimentos serão usados nas ações socioambientais da Fundação (melhoria da infra-estrutura nas comunidades, projetos de geração de renda a partir da floresta em pé, Bolsa Floresta), evitando o desmatamento (SDS, 2007)²⁰.

²⁰ Relatório de Gestão 2008.

Uma segunda fonte de recursos para a Fundação são os créditos de carbono gerados por desmatamento evitado, atualmente negociados apenas no mercado voluntário, mas que podem fazer parte de um acordo pós-Kyoto para 2012.

Um primeiro projeto em REED (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação das Florestas), a ser desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, é considerado crucial no combate ao desmatamento na região, por se tratar de uma área com alto risco de desmatamento devido à possível pavimentação da rodovia BR-319, estrada que liga Porto Velho (RO) a Manaus, e da BR-230, a Transamazônica.

4.4.4 Programa Bolsa Floresta

O Programa Bolsa Floresta foi instituído pela Lei Estadual sobre Mudanças Climáticas para o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais das Unidades de Conservação pelo uso sustentável, a conservação e proteção dos recursos naturais, assim como para incentivar políticas voluntárias de redução de desmatamento. O Programa é formado pelos seguintes componentes (SDS, 2007):

BF Familiar: pagamento mensal de R\$ 50 por mês a representantes de famílias residentes dentro de Unidades de Conservação estaduais;

BF Associação: destinado às associações dos moradores das unidades de conservação do Estado. Equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiar. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do Programa.

BF Renda: no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano, este componente é destinado ao apoio à produção sustentável relativa a peixe, óleos vegetais, frutas, mel e outros.

BF Social: no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade, por ano, este recurso é destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação, transporte e outros elementos básicos para a construção da cidadania das populações do interior.

Hoje, são 12 as Unidades de Conservação Estaduais atendidas pelo Programa Bolsa Floresta formadas pelas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amapá, Canumã, Cujubim, Juma, Mamirauá, Piagaçu-Purus, Rio Madeira, Uacari e Uatumã), e as Reservas extrativistas Catuá-Ipixuna, Rio Gregório a Floresta Estadual de Maués (AMAZONIT, 2009).

Desde março de 2008, a Fundação Amazonas Sustentável é responsável pelo Programa Bolsa Floresta.

O ano de 2008 foi marcado pela implantação e operacionalização do Sistema SDS com resultados relevantes para a Política Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, bem como a conclusão de estruturas como o Batalhão Ambiental, o Grupo Estratégico de Combate a Crimes Ambientais (GECAM), o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima) (SDS, 2008).

Dentre as realizações desenvolvidas por estas novas estruturas destacam-se a conclusão do Macrozoneamento do Estado, o Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento, a realização das conferências de Meio Ambiente do Estado; de Populações Tradicionais; dos Povos Indígenas e a Latino-Americana de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais, e enfim, o início das obras do Gasoduto urbano na cidade de Manaus, por meio da Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS).

Todas as ações do sistema SDS têm um forte componente transversal que requer parcerias junto aos diversos órgãos, secretarias, empresas públicas e privadas, além de organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, juntos, imbuídos na prática do desenvolvimento sustentável do Amazonas, dentro do Programa Zona Franca Verde.

4.4.5 Macrozoneamento

Após 12 anos em processo de construção, o Macrozoneamento do Estado do Amazonas foi finalizado. A ação e o ponto de partida para a realização do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) das mesorregiões do Amazonas. O processo do macrozoneamento é estimulado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para cumprir uma determinação constitucional. O produto final deste macrozoneamento no Brasil facilitará o processo de planejamento e gestão dos espaços públicos e privados, em todo o território nacional. No caso do Amazonas, a definição do macrozoneamento surgiu da necessidade de identificar as potencialidades ambientais do Estado, a infraestrutura instalada e as demandas por novos investimentos socioeconômicos necessários ao desenvolvimento sustentável do Estado.

4.4.6 Geração de Renda

As ações do Governo do Estado voltadas para a geração de renda, no âmbito do desenvolvimento sustentável, incluem a produção florestal madeireira e não madeireira, o manejo de lagos, o ordenamento pesqueiro, financiamento e a criação de instrumentos normativos específicos, como a instituição de uma nova política de incentivos para o Amazonas. A implementação de iniciativas para o fortalecimento da assistência técnica, da extensão florestal, da organização e dinamização das cadeias produtivas florestais e extrativistas e do fomento à produção extrativista são fundamentais para os resultados positivos relacionados a estas iniciativas.

Ressalta-se ainda a promoção do desenvolvimento econômico em equilíbrio com os recursos ambientais direcionados aos anseios das populações tradicionais, com a inserção de atividades vinculadas à assistência técnica, extensão florestal, organização e dinamização de cadeias produtivas florestais e extrativistas.

Estas conquistas somente poderão ser concretizadas com a adequação da legislação pertinente ao manejo, à proteção da fauna silvestre e à conservação das espécies com potencial econômico, e ainda a identificação dos polos de comercialização com o envolvimento das comunidades rurais no processo.

4.4.7 Cartão Zona Franca Verde e Outros Financiamentos

O apoio as ações de crédito e financiamento, coordenadas pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), é indispensável para o bom andamento das atividades produtivas rurais e florestais do Estado desenvolvidas por mini e pequenos produtores. Para incentivar e atender as necessidades dessa clientela, o Programa Zona Franca Verde criou modalidades de crédito e financiamentos totalmente adaptadas à realidade da população do interior.

4.4.7.1 Cartão Zona Franca Verde

Criado em 2003, o Cartão Rotativo tem a finalidade de oferecer às micro e pequenas empresas, pescadores artesanais e trabalhadores autônomos de baixa renda, recursos financeiros para a sustentação de seus negócios, por meio de crédito rotativo para sua livre movimentação. A modalidade tem como beneficiários: micro e pequenas empresas dos setores primário, secundário e terciário, pescadores (pesca artesanal) e trabalhadores autônomos de baixa renda, estabelecidos em todos os municípios amazonenses, com cadastro operacional atualizado e sem restrições. O limite para financiamento varia de R\$ 200 a R\$ 3 mil, à taxa de 6% ao ano (ou 0,49% ao mês).

4.4.7.2 Cartão Zona Franca Verde/Máquinas e Equipamentos

Este Cartão, criado em 2004, dispõe de recursos financeiros para o financiamento de máquinas e equipamentos, facilitando a negociação entre o financiado e o fornecedor de bens e serviços, além de tornar transparente esse processo de aquisição.

Mini e pequenos produtores rurais, pescadores artesanais, micro e pequenas empresas, profissionais autônomos de baixa renda e profissionais liberais são os beneficiários dessa modalidade.

Além destas duas modalidades de crédito, a **AFEAM**, pela primeira vez na história do Amazonas, estendeu suas linhas de crédito e financiamento às populações indígenas e beneficiou os povos do Alto Rio Negro (Arapaso, Barasana, Bare, Baniwa, Cubeo, Desana, Pyra-Tapuya, Tariana, Wanano e Tukano), Alto Solimões (Kaixana, Kambeba, Kokama, Mayoruna, Marubo, Matis e Tikuna), Baixo Amazonas (Saterê-Mawé e Katuena) e Juruá (Madiha-Kulina). Ao todo, 1.275 indígenas tiveram acesso a crédito com aplicação de recursos da ordem de R\$ 1,84 milhão em atividades como cultivo de mandioca, pesca artesanal, estivas, avicultura, agricultura familiar e artesanato, entre outras (²¹SDS, 2008).

Comparado aos resultados obtidos com o Projeto Zona Franca de Manaus, o Programa Zona Franca Verde ainda não figura no meio científico como o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento Econômico. Na concepção do professor Arruda (2008:2), “O Amazonas, com todo seu potencial econômico, ainda não conseguiu estabelecer ou formatar outro projeto de desenvolvimento econômico”.

4.4.8 Região Metropolitana de Manaus

A região Metropolitana de Manaus criada recentemente, composta pelos municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Manacapuru e Presidente Figueiredo, caracteriza-se pela grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem, em razão de suas peculiaridades, passa a representar o maior avanço socioeconômico da década e marcará, definitivamente, uma nova etapa de desenvolvimento do Estado e mais especificamente para os municípios que a integram. A Região conta com o Parque Industrial de Manaus e respectivos portos e aeroportos, e ainda com o porto de Itacoatiara, na escoação de grãos, na revitalização do pólo madeireiro. Deverá ainda desempenhar outras funções de destaque em nível estadual, como a expansão das atividades industriais do PIM, a implantação de agroindústrias, no aproveitamento dos produtos dos municípios que a compõem, com especial atenção ao turismo, ao comércio atacadista e varejista, ao atendimento melhor da saúde, da educação, da habitação, do transporte rodoviário e aquático, e ao desenvolvimento

²¹ Relatório de Gestão 2008.

sustentável, na exploração racional dos produtos naturais de valor econômico (SEPLAN, 2007)²².

A integração rodoviária mais rápida, que resultará da ponte do Rio Negro, irá facilitar o escoamento da produção e a locomoção de pessoas entre os municípios integrantes da Região Metropolitana, principalmente para a sede, e ainda com o aproveitamento do gás natural em abundância, influenciará na mudança da matriz energética com maior potencial de oferta, permitindo a implantação de agroindústrias nos municípios, especialmente aquelas que irão aproveitar o potencial dos recursos naturais localizados.

²² Projeto do Diagnóstico Socioeconômico dos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus

CAPÍTULO III

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os finais abruptos do primeiro e do segundo ciclo da borracha demonstraram a incapacidade empresarial e falta de visão da classe dominante e dos políticos da região. Pela segunda vez perdeu-se a oportunidade de fazer vingar esta atividade econômica. Não se fomentou qualquer plano de efetivo desenvolvimento sustentado na região, razão pela qual o retrocesso da economia foi inevitável, deixando marcas profundas na vida das pessoas.

Embora o produto industrial tenha crescido de forma expressiva, a região continua a ressentir-se da falta de infraestrutura básica que permita o desenvolvimento sustentável do modelo de forma a consolidar suas atividades e expandir suas exportações para o mercado internacional. E isto se tornará realidade somente a partir da criação de uma política integrada na especialização dinâmica da produção, assegurando ganhos em escala e competitividade, assim como uma infraestrutura básica que atenuar as atuais desvantagens locais, com programas de amplo alcance econômico e social sobre a população, a geração de emprego e renda e numerosas atividades relacionadas com o aproveitamento de matérias-primas e recursos oriundos da biodiversidade da região. Assim agindo, o modelo ganhará ramificações profundas, suprimindo as necessidades de infraestrutura básica e contribuindo para as iniciativas inovadoras na agroindústria, piscicultura, ecoturismo, manejo florestal ecológico, biotecnologia, nanotecnologia, ecoturismo, manejo florestal, produção de adubos e insumos agrícolas e na utilização de matérias-primas regionais.

Percebe-se que o interior do Estado oferece um potencial econômico ainda não explorado, razão porque a configuração do novo padrão de desenvolvimento do Estado do Amazonas não poderá ficar agregada somente aos segmentos produtivos incentivados. Os setores produtivos que beneficiam insumos regionais, voltados para o mercado regional de consumo, devem exercer maior relevância, com a instalação de indústrias que permitam o beneficiamento de matérias-primas regionais, como o madeireiro, dendê, pescado, produtos medicinais da nossa flora, cosméticos, aromáticos, corantes e inseticidas naturais. Além de uma atenção especial à exploração de produtos extrativistas como o gás, a silvinita, bauxita, ouro, nióbio e outros.

O aproveitamento dos recursos de petróleo, gás e energia é apontado como um importante pilar para a expansão da economia do estado, a partir do estímulo ao pólo gás-petroquímico e a projetos como o Luz Para Todos.²³

A exploração dos recursos da natureza é uma possibilidade que deve ser amplamente debatido para que todas as suas variantes sejam contempladas

O foco das políticas públicas de Governo deve estar voltado para a expansão de novos pólos industriais, como o Pólo Moveleiro e os novos processos produtivos em desenvolvimento com a transformação da matriz energética vinda do gás natural de Urucu, permitindo a instalação de novos empreendimentos.

Os processos produtivos no Amazonas passam a exigir a necessidade da expansão de novos modelos de produção, cuja implantação e difusão tecnológica serão peças centrais apropriadas ao desenvolvimento da agricultura e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Importante se faz aqui registrar a necessidade de investir mais na pesquisa da região para se obter resultado. Estudos que permitam melhor conhecimento do mercado nacional e internacional, de modo a ofertar produtos adequados às suas exigências, buscando criar diferenciações ao produto amazônico, que conta com o

²³ Luz para Todos, Programa do Governo Federal lançado em novembro de 2003 com o desafio de levar energia elétrica a milhões de pessoas do meio rural. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural.

forte apelo da marca Amazônia a seu favor, e assim os complexos produtivos passem a integrar uma estratégia mais ampla de exploração dos recursos naturais do Amazonas numa ótica ecologicamente sustentável.

CONCLUSÃO

As políticas industriais implementadas pelo Governo do Amazonas devem criar ambiente propício ao fortalecimento e expansão das micro e pequenas empresas. Há cenários favoráveis de atuação para esse segmento empresarial, particularmente no beneficiamento de insumos regionais, atendendo o mercado consumidor local, regional, nacional e internacional.

A política de desenvolvimento do Estado do Amazonas deverá estar profundamente integrada às políticas de desenvolvimento nacional, como o Plano de Aceleração (PAC), respeitando as características locais, e comprometidas com as mudanças que podem propiciar a expansão dos setores produtivos no Estado.

Daí porque a necessidade de se repensar a economia existente no interior como cultura de um modelo mais conveniente do que a Zona Franca de Manaus, considerando o fato de que os insumos estão disponibilizados na Geografia da Região. Os desafios de nossa realidade exigem uma nova articulação dos espaços e dos atores para construir o futuro, a fim de construir o desenvolvimento com inclusão socioeconômica e sustentável.

Também não se pode deixar de considerar a atenção ao índio, o maior responsável pela preservação das nossas florestas e rios. É preciso fornecer meios para o desenvolvimento econômico e social das aldeias indígenas, especialmente na questão da educação e saúde, que ainda é disponibilizada de maneira precária pelas instituições governamentais.

O primeiro passo para o avanço econômico da região com preservação ambiental e inclusão social seria a regulamentação fundiária. O não acesso à infraestrutura levaria à prática de atividades ilegais. Por outro lado, é preciso também definir o tipo de produção adequado a cada localidade.

Uma das intenções do PAS²⁴ é organizar a colaboração federativa entre os estados da Amazônia, coordenados pelo governo federal, para auxiliar na regularização fundiária. O programa considera, ainda, o tratamento diferente às regiões de floresta e de cerrado, dentro da Amazônia Legal, ao fazer o zoneamento ecológico e econômico.

Está claramente comprovado que a floresta vale mais em pé do que derrubada. Assim, deve-se desenvolver políticas contra o desmatamento, intensificar a criação de unidades de conservação que deverão estar munidas de capital social e meios técnicos; construir bases técnicas e econômicas para manejo sustentável nas partes das unidades de conservação que permitem a atividade humana controlada e resolver o problema da ilegalidade maciça em que se encontram as populações da Amazônia.

Vale lembrar que há algumas décadas em que o desmatamento era considerado imprescindível para que as pessoas adquirissem crédito e terras. E hoje as mudanças nas leis as colocam na ilegalidade.

Os pequenos produtores extrativistas e agrícolas ocupam áreas de transição entre a floresta e o cerrado e, por falta de condições financeiras, acabam vendendo madeira ilegal ou deixando os bois entrarem nas propriedades, e funcionam como uma linha involuntária de expansão da devastação.

O.PAS tem a função de providenciar atividades ambientalmente seguras e economicamente viáveis para esses pequenos produtores, com apoio técnico e financeiro e compensação especial para quem preservar a floresta, sacramentando um vínculo destes com o Projeto.

Segundo especialistas, é possível duplicar a área cultivada e triplicar a produção agrícola sem a derrubada de árvores. Internacionalmente, o Brasil já ocupa um lugar de destaque na agricultura sem que tenha feito as obras físicas e institucionais necessárias. Se o fizer, ocupará um lugar promissor no mundo, dado as nossas condições de água, solo e sol.

²⁴ PAS: Projeto Amazônia Sustentável.

Um outro item seria a recuperação das pastagens degradadas e a substituição da pecuária extensiva pela intensiva, combinada com atividades agrícolas e manejo florestal. Atualmente, para cada hectare de lavoura, há três destinados à pecuária extensiva, favorecendo a dinâmica de degradação cumulativa das pastagens.

Além de recuperar pastagens, uma coordenação estratégica do Estado para que pequenos e médios produtores se organizem para comercializar seus produtos e ganhar escala no mercado, fortalecendo os produtores diante dos fornecedores e compradores cartelizados, bem como a promoção da industrialização rural para a transformação dos produtos agropecuários, agregando valor ao campo e evitando o êxodo rural.

O Governo deve fomentar a criação de uma rede de pólos industriais nas cidades e periferias urbanas da Amazônia e nas áreas de florestas, as indústrias se destinariam à transformação de produtos madeireiros e não madeireiros, sacramentando a produção que verdadeiramente tem a ver com a vocação da região, que é definida pela floresta.

O desenvolvimento de tecnologias para manejo de florestas heterogêneas que atendam as necessidades da região.

Considerando o interesse geral pela Amazônia, fomentar a ciência, a capacitação técnica e profissional que combinem com a região, como já vem sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, por meio do Centro de Educação Tecnológica (CETAM).

E, finalmente, é importante investir maciçamente no turismo de natureza, um ponto forte que deve ser utilizado como um instrumento de desenvolvimento regional.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOTELHO, 2009, in BENCHIMOL, Samuel, Manaus, 1910.

BOTELHO, Antonio J. *Redesenhando o Projeto ZFM*, 2ª. Ed. Manaus, 2006.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989, in <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha>, 20.08.2009.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. *Metodologia científica ao alcance de todos*. 3ª Ed. Editora Valer . Manaus, 2008.

MALVEIRA, William. *Economia & Horizontes da Amazônia*. Manaus, 2009.

PIMENTEL, Nilson. Aspectos do Desenvolvimento Regional Local – I, in SEPLAN, <http://www.seplan.am.gov.br/adm/imgeditor/file/art_nilson_pimentel>

SALAZAR, Admilton P. *Amazônia - Globalização e sustentabilidade*. 2ª Ed. Manaus, 2006.

SDS, Relatório de Gestão 2008.

SEPLAN, Estratégia Econômica do Estado do Amazonas, Versão 1.0, Manaus, Outubro/2008.

SEPLAN, Projeto do Diagnóstico Socioeconômico dos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus, 2007

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus, 2009. BENCHIMOL, Samuel Professor (1910), in

VEIGA, Eli. Ciência e Cultura, ano 56, N. 2, abr.-jun. 2004, pp. 26-29. Nem tudo é urbano.< www.econ.fea.usp.br/zeeli/ >, acessado em 20.08.09.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas S/A, 2003, in FONSECA, Luiz Almir Menezes. *Metodologia científica ao alcance de todos*. 3ª Ed..Manaus, 2008.

ZAPATA, Tânia, AMORIM, Mônica A. ARNS, Paulo C. SEaD/UFSC – *Curso de Desenvolvimento Territorial a distância*. Florianópolis, 2007.